

# ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO

---

***Lei nº 003/93***

*10 de março de 1993*

**LEI Nº 003/93, DE 10 DE MARÇO DE 1993.**

Dispõe sobre o Estatuto  
dos Servidores Públicos  
do Município de  
Independência/CE.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**TÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta lei municipal institui o regime jurídico único dos Servidores do Município de Independência.

Parágrafo Único - As disposições contidas nesta lei aplicam-se aos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo.

**Art. 2º** - Para os fins desta lei:

- I - O servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público;
- II - Cargo público é o criado por lei, com denominação própria, quantitativos e vencimentos certos cometendo ao servidor atribuições e responsabilidade;
- III - Categoria funcional é o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho.

Parágrafo Único - Os cargos público são acessíveis aos brasileiros que preencham os seguintes requisitos:

- I - Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- II - Ter completado dezoito anos;

- III - Estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- IV - Ser julgado apto em inspeção de saúde realizada em órgão médico oficial do município;
- V - Possuir aptidão para o exercício do cargo;
- VI - Não exercer outro cargo ou emprego caracterizante da acumulante proibida;
- VII - A quitação com as obrigações eleitorais e militares.

**Art. 3º** - É vedado cometer ao servidor atribuições e responsabilidades diversas das inerentes ao seu cargo, exceto participações assentida em órgão colegiado e em comissões legais.

**Art. 4º** - Os cargos referentes a profissões regulamentadas providos unicamente por quem satisfazer os requisitos legais respectivos.

## **TÍTULO II**

### **DO PROVIMENTO, DO EXERCÍCIO, DA CARREIRA E DA VACÂNCIA**

#### **CAPITULO I**

##### **DO PROVIMENTO**

**Art. 5º** - Os cargos público serão providos por:

- I - Nomeado;
- II - Promoção;
- III - Ascensão;
- IV - Reintegração;
- V - Transferência;
- VI - Reversão;
- VII - Aproveitamento;
- VIII- Adaptação;

#### **CAPITULO II**

##### **DAS NOMEAÇÕES**

##### **SEÇÃO I**

##### **DAS FORMAS DE NOMEAÇÃO**

**Art. 6º** - A nomeação será feita:

- I - Em caráter efetivo, quando exigida a prévia na dilação em concurso público, para essa forma de provimento;
- II - Em comissão, para cargo declarado em Lei de livre nomeação e nomeação e exoneração.

**Parágrafo Único** - Os cargos em comissão serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira.

**Art. 7º** - Compete a cada Poder, na sua área de competência, prover, por ato próprio, os cargos públicos.

**Art. 8º** - O ato de provimento conterá necessariamente, as seguintes indicações, sob pena de nulidade e responsabilidade de quem dar posse:

- I - Modalidade de provimento e nome completo do interessado;
- II - Denominação do cargo e forma de nomeação;
- III - Fundamento legal.

## **SEÇÃO II DO CONCURSO**

**Art. 9º** - A investidura em cargo de provimento efetivo será sempre precedida de concurso de provas ou de provas e títulos.

**Parágrafo Único** - No concurso para provimento de nível universitário haverá, necessariamente provas de títulos.

**Art. 10º** - A aprovação em concurso público gera o direito a nomeação respeitada a ordem de classificação dos candidatos habilitados.

- §1º - Terá preferência para nomeação, o candidato já pertencente ao serviço público municipal e, persistindo a igualdade, aquele com contar com o maior tempo de serviço prestado ao Município de Independência;

§2º - Se ocorrer empate de candidatos não pertencentes ao serviço público do Município, se decidirá em favor daquele de maior idade civil.

**Art. 11º** - A instrumentação e execução dos concursos será centralizada na Secretaria Municipal de Administração, no âmbito do Poder Executivo e no departamento competente do Poder Legislativo.

**Parágrafo Único** - O concurso será realizado preferencialmente, na sede do município, ou na região onde o cargo será provido.

**Art. 12º** - As provas serão avaliadas na escala de zero a dez pontos.

**Art. 13º** - O Edital do concurso disciplinará os requisitos para a inscrição, o processo de realização, os critérios de classificação, o número de vagas, os recursos e a homologação.

**Art. 14º** - Na realização dos concursos, serão adotados as seguintes normas gerais:

- I. - Não se publicará edital, na vigência do prazo de validade de concurso anterior, para o mesmo cargo, Se ainda houver candidato aprovado e não convocado para a investidura, ou enquanto, houver servidores de igual categoria em disponibilidade;
- II. - A inscrição de servidores federal, estadual ou municipal, inclusive da administração indireta poderá ser feita até aos sessenta anos de idade;
- III. - Os concursos terão validade de um ano, a contar da publicação da homologação, em local público, prorrogável expressamente por igual período;
- IV. - Comprovação, no ato da inscrição, dos requisitos para a posse em cargo público.

**Art. 15º** - A administração proporcionará aos portadores de deficiência física e limitação sensorial condições para a participação em concurso de provas.

**Art. 16º** - Viola o direito constitucional o agente público que de longa a nomeação da classificação em concurso público,

com vista ao escoamento do prazo de validade do mesmo, para a realização de novo concurso.

## **SEÇÃO II DAS SUBSTITUIÇÕES**

**ART. 17º** - Haverá substituição no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo de direção ou assessoramento.

**Art. 18º** - A substituição recairá em servidores público e dependerá da expedição de ato específico.

§1º - O titular de cargo de Direção poderá ser designado para responder, cumulativamente, por outro cargo da mesma natureza pelo prazo máximo de quinze dias, durante o qual deverá se verificar a nomeação de titular.

§2º - A reassunção do cargo faz cessar os efetivos da substituição.

## **SEÇÃO IV DA POSSE**

**Art. 20º** - São requisitos cumulativos para a posse em cargo público:

- I. Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- II. Ter completado dezoito anos;
- III. Estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- IV. Ser julgado apto em inspeções de saúde realizado em órgão médico oficial do Município;
- V. Possuir aptidão para o exercício do cargo;
- VI. Não exercer outro cargo ou emprego caracterizante de acumulação proibida.

§1º - A prova das condições referidas nos incisos I, II, III, IV, VI, VII não será solicitado nos casos de reintegração, reversão e readmissão, ou quando se tratar de ocupante de cargo público do Município.

§2º - O limite de idade, quando se tratar de provimentos de cargo em comissão, será de sessenta e nove anos incompletos.

**Art. 21º** - A deficiência da capacidade física ou a limitação sensorial, quando comprovadamente estacionárias, não constituirão impedimento a posse e ao exercício do cargo, salvo quando, nos termos do artigo 20º, V, forem considerados incompatíveis com a natureza das atribuições a serem desempenhadas.

**Parágrafo Único** - A compatibilidade deverá ser declarada por Junta especial, constituída por médicos especializados na área da deficiência ou a limitação diagnosticada.

**Art. 22º** - São competentes para dar posse:

I. - No Poder Executivo:

I. O Prefeito, aos nomeados para cargos de Direção ou Assessoramento;

I. O Secretário Municipal de Administração, aos nomeados para os cargos de provimento efetivo.

II. - No poder Legislativo:

a. O Presidente da Câmara Municipal, aos nomeados para os cargos de Direção e Assessoramento;

I. O Secretario Legislativo, aos nomeados para os cargos de provimento efetivo.

**Art. 23º** - A posse se verificará mediante termo lavrado em livro próprio, assinado, também pela autoridade que a presidir.

**Parágrafo Único** - Só haverá posse quando o provimento decorrer de nomeação, acesso e ascensão.

**Art. 24º** - Em casos especiais, a juízo dos Poderes Executivo e Legislativo, a posse poderá ser tomada por procuração específica.

**Art. 25º** - A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se foram observados os requisitos legais para a investidura do cargo.



**Art. 26º** - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento do cargo, em local público do Município.

§1º - O prazo inicial para a posse deverá ser prorrogado em até cento e vinte dias, a requerimento do interessado.

§2º - O prazo inicial do servidor em férias ou licença será contado a partir do termo final desses eventos.

§3º - Se a posse não se concretizar dentro do prazo, o ato de provimento será tornado sem efeito.

#### **SEÇÃO V DO EXERCÍCIO**

**Art. 27º** - O exercício e o início do desempenho seqüentes, Atribuições e responsabilidade do cargo.

§1º - O início do exercício e as alterações seqüentes, Serão comunicados pelo titular do órgão em que estiver lotado o servidor, ao órgão de Administração dos Recursos Humanos.

§2º - O início, a interrupção e o reinício do exercício será registrado no assentamento individual do servidor.

**Art. 28º** - Compete ao titular do órgão para onde for designado o servidor, dar-lhe o exercício.

**Art. 29º** - O exercício do cargo terá início dentro do prazo de trinta dias, contados:

I. - Da data da posse, no caso de nomeação;

II. - Da data da publicação em local público do Município, nos demais casos;

§1º - Os prazos deverão ser prorrogados, a requerimento do interessado, por trinta dias.



§2º - Na transferência, o prazo para o exercício do servidor em férias, ou em licença, será contado a partir do termo final desse evento.

§3º - A não entrada em exercício ou a sua interrupção por mais de trinta dias, é tipificado como abandono de cargo.

**Art. 30º** - A promoção e a ascensão funcionais não interrompem o exercício.

**Art. 31º** - O servidor poderá ausentar-se do Município, para estudo, ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimento, mediante autorização ou designação do titular de Poder que servir.

**Art. 32º** - O servidor autorizado a afastar-se para estudo em área do interesse do serviço público, fora do Município, com ônus para os cofres do Município, deverá, sequentemente, prestar serviço, por igual período, no Município.

**Art. 33º** - O afastamento do servidor para participação em congresso e outros eventos culturais, esportivos, técnicos e científicos será estabelecido em regulamento.

**Art. 34º** - O servidor preso em flagrante, pronunciado por crime comum, denunciado por crime administrativo, ou condenado por crime inafiançável, será afastado do exercício do cargo, até sentença final transitada em julgado.

**Parágrafo Único** - Durante o afastamento o servidor perceberá dois terços do vencimento ou remuneração, tendo direito a diferença, se absolvido.

**Art. 35º** - Na condenação criminal transita em julgado, se esta não for determinante da demissão, continuará o servidor afastado até o cumprimento total da pena, com direito a dois terços do vencimento ou remuneração.

**Art. 36º** - Ao servidor da administração direta, autárquica e fundacional pública, ou do Poder Legislativo, diplomado para

o exercício de mandato eletivo Federal, Estadual, ou Municipal, aplica-se o disposto no Art. 123 e seus incisos, deste Estatuto.

**Art. 37º** - O servidor no exercício do cargo de provimento efetivo, mediante a sua concordância, poderá ser colocado à disposição de qualquer órgão da administração direta ou indireta, de União, Estados, Distrito Federal e Municipal, com ou sem ônus para o Município, desde que observado a reciprocidade.

#### **SEÇÃO VI DO ESTAGIO PROBATÓRIO**

**Art. 38º** - Estágio probatório é o período inicial de dois anos de exercício, contados da posse, do servidor nomeado por concurso público.

**Art. 39º** - Os requisitos a serem considerados no estágio probatório e o processo sumário da apuração serão definidos em regulamento.

**Art. 40º** - O término do prazo do estágio probatório importa no reconhecimento automático da estabilidade.

**Art. 41º** - Fica desobrigado do cumprimento de novo estágio probatório o servidor estável aprovado em outro concurso público, o qual é considerado automaticamente efetivado no segundo cargo.

**Art. 42º** - Promoção é a elevação do servidor a uma posição que lhe assegure maior vencimento básico, dentro da mesma categoria funcional.

**Art. 43º** - O servidor que não estiver no exercício do cargo, ressalvados as hipóteses consideradas como de efetivo exercício, não concorrerá a promoção.

**Art. 44º** - As linhas, os critérios e o processo seletivo serão definidos em regulamentos, balizados pelo critério do merecimento decorrente da qualificação profissional.

**CAPITULO IV  
DA ASCENSÃO**

**Art. 45º** - Ascensão é a passagem do servidor para o cargo inicial do grupo ocupacional mais elevado.

**Art. 46º** - O servidor que não estiver no exercício do cargo ressalvadas as hipóteses consideradas como de efetivo exercício, não concorrerá a ascensão funcional.

**Art. 47º** - A nomeação para cargo provido também mediante ascensão funcional dependerá da existência de cargo definitivamente vago.

**Art. 48º** - A ascensão será feita mediante a aferição do mérito, observando o interstício mínimo de dois anos.

**Art. 49º** - As linhas e o processo seletivo de ascensão serão definidos em lei.

**CAPITULO V  
DA REINTEGRAÇÃO**

**Art. 50º** - Invalidada por sentença judicial transitada em julgado, a demissão do servidor estável será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

**Art. 51º** - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado e, se este houver sido transformado, ou extinto, no cargo resultante, ou em cargo de vencimento igual e atribuições e responsabilidade correlatas.

**Art. 52º** - O ato de reintegração será expedido no prazo máximo de trinta dias do pedido, reportando-se a sentença judicial.

**CAPITULO VI  
DA TRANSFERENCIA E DA REMOÇÃO**

**Art. 53º** - Transferência é a movimentação do servidor ocupante do cargo de provimento efetivo, para outro cargo de igual denominação e provimento, de outro órgão, mas no mesmo Poder.

**Art. 54º** - Caberá a transferência:

- I. - A pedido do servidor
- II. - Por permuta, a requerimento de ambos os servidores interessados.

**Art. 55º** - A transferência será processada atendendo a conveniência do servidor desde que no órgão pretendido exista cargo de igual denominação vago.

**Art. 56º** - O servidor transferência somente poderá renovar o pedido, após decorridos dois anos de efetivo exercício no cargo.

**Art. 57º** - Não será concedida a transferência:

- I. Para cargos que tenha candidatos aprovados em concurso, com prazo de validade não esgotado;
- II. Para órgão da administração indireta ou fundacional cujo regime jurídico não seja o estatutário.

**Art. 58º** - A remoção e a movimentação do servidor ocupante de cargo de provimento, no mesmo Poder e no mesmo Órgão em que é lotado.

**Art. 59º** - A remoção, a pedido, ou "ex-offício", poderá ser feita:

- I. De uma para outra unidade administrativa da mesma Secretaria, Autarquia, Fundação ou Poder Legislativo;
- II. De um para outro órgão, na mesma unidade administrativa.

## **CAPITULO VII DA REVERSÃO**

**Art. 60°** - Reversão é o ato qual o aposentado reingressa no serviço público para o mesmo cargo, "ex-officio" ou a pedido.

§1° - A reversão "ex-officio", será feita quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria.

§2° - Não poderá reverter voluntariamente a atividade, o aposentado que cortar mais de cinquenta anos de idade.

**Art. 61°** - Será tornado sem efeito a reversão "ex-officio", e cassada a aposentadoria do servidor que não tomar posse e entrar no exercício do cargo.

#### **CAPITULO VIII DO APROVEITAMENTO**

**Art. 62°** - O aproveitamento e o reingresso no serviço público do servidor em disponibilidade, em cargo de natureza e padrão de vencimento correspondente ao que ocupava.

**Art. 63°** - O aproveitamento será obrigatório quando:

- I. - Restabelecido o cargo de cuja extinção decorreu a disponibilidade;
- II. Houver necessidade de prover cargo declarado desnecessário.

**Art. 64°** - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cessada a disponibilidade de servidor que, aproveitado, não tomar posse e não entrar em exercício do prazo legal.

#### **CAPITULO IX DA READAPTAÇÃO**

**Art. 65°** - Readaptação é a investidura em cargo mais compatíveis com a capacidade do servidor.

§1° - A readaptação não acarretará diminuição ou aumento de vencimento e será feita mediante transferência.

- §2º - A readaptação, "ex-officio" ou a pedido, a critério exclusivo da Administração, se dará para cargo definitivamente vago.
- §3º - Ressalvada a incapacidade definitiva para o servidor público, é direito de servidor renovar pedido de readaptação.

#### **CAPITULO X DA READMISSÃO**

**Art. 66º** - Readmissão é o ato pelo qual o ex-servidor, Reingressa no servidor público, sem direito a indenização, assegurada, apenas a contagem do tempo de serviço anterior, para todos os efeitos legais.

§1º - A readmissão do ex-servidor demitido será obrigatório precedida de reexame do processo administrativo, em que fique demonstrado não haver inconveniência, para o serviço público, na decretação da medida.

§2º - Se a demissão tiver sido a bem do servidor público a readmissão, observada o disposto no parágrafo anterior, não poderá se processar antes da ocorrência do prazo prescricional.

**Art. 67º** - A readmissão será feita no cargo anterior exercício, ou, se transformado, no cargo resultante.

#### **CAPITULO XI DA CARREIRA**

**Art. 70º** - A Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, estabelecerá em regulamento, os planos de carreira.

**Art. 71º** - Cada cargo será escalonado em cinco níveis, proporcionais ao tempo de serviço da aposentadoria voluntária.

**Parágrafo Único** - Será de dois por cento do vencimento base a diferença de um nível para o outro.

**CAPITULO XII  
DA VACANCIA**

**Art. 72º** - a vacância do cargo decorrerá de:

- I. - Exoneração;
- II. - Demissão;
- III. - Promoção;
- IV. - Ascensão;
- V. - Aposentadoria;
- VI. - Readaptação;
- VII. - Falecimento;
- VIII. - Transferência;
- IX. - Posse em outro cargo inacumulável;
- X. - Destituição.

**Art. 73º** - Será dada a Exoneração:

- IV. - De cargo efetivo:
  - a. - A pedido do servidor;
  - b. - De officio.
    - 1. - Quando não satisfeitas as condições de estágio probatório;
    - 2. - Quando, tendo tomado posse, o servidor não entra em exercício no prazo estabelecido.
- II. - De cargo em comissão:
  - a. - A juízo da autoridade competente;
  - b. - A pedido do servidor.



**Art. 74°** - A demissão será aplicada como penalidade, sempre em decorrência de processo administrativo ou criminal, nos casos previstos em lei.

**TITULO III**  
**DOS DIREITOS E VANTAGENS**

**CAPITULO I**  
**DA DURAÇÃO DO TRABALHO**

**Art. 75°** - A duração normal de trabalho será:

- I. De cinco horas diárias, ou vinte e cinco horas semanais para servidores do quadro de cargos de provimento efetivo, integrantes de categoria que exija formação de nível superior, ou assim legalmente considerada;
- II. De seis horas diárias, ou trinta horas semanais para as atividades realizadas em turnos ininterruptos de revezamento.
- III. De oito horas diárias ou quarenta horas semanais, para os servidores das demais categorias.

§1° - A semana será de cinco dias, excluídos os sábados e domingos.

§2° - A duração normal da jornada poderá, nos casos de comprovada necessidade, ser antecipada ou prorrogada pela Administração Municipal.

§3° - A frequência será apurada diariamente:

- I. - Pelo ponto de entrada e saída;
- II. - Pela forma determinada quando aos servidores ou cujas atividades sejam permanentemente exercidas externamente, ou quem por sua natureza, não possam ser mensuradas por unidade de tempo.

**Art. 76°** - Na antecipação ou prorrogação da duração da jornada de trabalho, será também remunerado o trabalho suplementar, na forma prevista nesta Estatuto.

**Art. 77º** - O servidor ocupante de cargo comissionado, independentemente de jornada de trabalho, atenderá as convocações decorrentes da necessidade de serviço e interesse da Administração.

## **CAPITULO II DA ESTABILIDADE**

**Art. 78º** - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso.

§1º - A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo.

§2º - A estabilidade não se aplica aos cargos em comissão.

**Art. 79º** - o serviço público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa.

**Art. 80º** - É vedada a exoneração a suspensão ou a demissão do servidor sindicalizado, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que, suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, devidamente apurada em processo administrativo.

## **CAPITULO III DO TEMPO DE SERVIÇO**

**Art. 81º** - O tempo de serviço público, assim considerado o exclusivamente prestado ao Município, será contado, para todos os fins, ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo.

§1º - Será considerado como tempo de serviço, salvo para a estabilidade, aquele prestado a outros Municípios, Estados, Distrito Federal e a União.

§2º - Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, é assegurado a contagem do tempo de contribuição financeira dos sistemas previdenciário, segundo os critérios estabelecidos em lei.

**Art. 82º** - A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

§1º - O número de dias será convertido em anos, considerando estes sempre como de trezentos e sessenta e cinco dias.

§2º - Somente nos casos de aposentadoria compulsória, ou por invalidez, serão arredondados para um ano, os dias que, convertidos em anos, forem superiores a cento e oitenta e dois.

**Art. 83º** - Considera-se como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de:

- I. - Férias;
- II. - Casamento, até oito dias;
- III. - Falecimento do cônjuge, companheira, filhos pais e irmãos, até oito dias;
- IV. - Serviços obrigatório por Lei;
- V. - Desempenho de cargo ou emprego em órgão da administração direta ou indireta de Municípios, Estados, Distrito Federal e União, quando colocado Regularmente à disposição;
- VI. - Missão oficial de qualquer natureza, ainda que sem vencimento, durante o tempo da autorização ou designação;
- VII. - Estudo, em área do interesse do servidor público, durante o período da autorização;
- VIII. - Processo administrativo, se declarado inocente;
- IX. - Desempenho de mandato eletivo, exceto para Promoção;
- X. - Participação, como discente ou docente, em congresso ou outros eventos culturais, esportivos, técnicos ou científicos, durante o período autorizado;
- XI. - Licença-prêmio;
- XII. - Licença a gestante com a duração de cento e vinte dias;
- XIII. - Licença-paternidade, até cinco dias;
- XIV. - Licença por acidente em serviço ou doença profissional;
- XV. - Licença compulsória, ou a pedido, para tratamento de saúde;
- XVI. - Licença para tratamento de saúde em pessoas da

- família;
- XVII. - Faltas abonadas;
  - XVIII. - Doação de sangue, um dia;
  - XIX. - Desempenho de mandato na Diretoria do Sindicato ou Associação de Servidores Municipais.

**Parágrafo Único** - As férias e a licença-prêmio será contadas em dobro, a partir da expressa renúncia do servidor.

**Art. 84º** - É vedada a acumulação de tempo de serviços concorrente ou simultaneamente prestado.

**Parágrafo Único** - Em regime de acumulação legal, o Município não contará o tempo de serviço do outro cargo ou emprego, para o reconhecimento de vantagens pecuniárias.

#### **CAPITULO IV DAS FÉRIAS**

**Art. 85º** - O servidor, após cada doze meses de exercício, adquire direito a férias anuais, de trinta dias consecutivos.

§1º - É vedado levar a conta das férias qualquer falta ao trabalho.

§2º - As férias, por necessidade de serviço, poderão ser interrompidas, ou acumuladas, pelo máximo de dois anos consecutivos.

**Art. 86º** - As férias serão de:

- I. Vinte dias consecutivos, semestralmente, para os servidores que operem com raios x e substâncias radioativas;
- II. Trinta dias consecutivos, anualmente nos demais casos.

**Art. 87º** - Durante as férias, o servidor terá direito a todas as vantagens do exercício do órgão.

§1º - As férias serão remuneradas com um terço a mais do que a remuneração mensal normal, pagas antecipadamente.

§2º - Adquirido o direito e a requerimento do servidor, as férias, alternadamente, poderão ser transformadas em vantagens financeiras, salvo para os que exercem as atribuições em condições penosas, insalubres e perigosas, ou ocupem cargos comissionados.

## **CAPITULO V DAS LICENÇAS**

### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 88º** - o servidor poderá ser licenciado:

- I. - Para tratamento de saúde;
- II. - Por motivo de doença em pessoas da família;
- III. - Maternidade;
- IV. - Paternidade;
- V. - Quando acidentado no exercício de suas atribuições ou acometido de moléstia profissional;
- VI. - Para o serviço militar e outras obrigações previstas em lei;
- VII. - Para tratar de interesse particular;
- VIII. - Quando registrado candidato em eleição majoritária ou proporcional;
- IX. - Para acompanhamento cônjuge;
- X. - Compulsoriamente, como medida profilática;

- XI. - Como prêmio de assiduidade;
- XII. - Quando indicado ou testemunha em processo administrativo;
- XIII. Para o exercício de mandato eletivo.

- §1º - O conceito de companheiro, ou companheira, equipara-se ao de cônjuge;
- §2º - Ao servidor ocupante de cargo em comissão, não serão concedidas as licenças previstas nos incisos VII, IX, XIII.

**Art. 89º** - A licença condicionada a inspeção médica, será concedida pelo prazo indicado no respectivo laudo.

**Parágrafo Único** - As licenças previstas no artigo 88º, I, V e X, concedidas dentro de sessenta dias contadas do término da anterior, será consideradas como prorrogação da anterior.

**Art. 90º** - A licença pode ser prorrogada, "ex-officio" ou mediante solicitação.

- §1º - O pedido de prorrogação deverá ser apresentada pelo menos oito dias antes de findo o prazo.
- §2º - O disposto neste artigo não se aplica as licenças previstas no artigo 88º, III, IV, VII, VIII E XI.

**Art. 91º** - O servidor licenciado nos termos do artigo 88º, I, II, V, X, não poderá exercer atividade remunerada.

**Art. 92º** - O servidor licenciado nos termos do artigo 88º, I, V, X, deverá seguir o tratamento médico adequado a doença, sob pena da mesma ser transformada em licença para tratar de interesses particulares.

**Parágrafo Único** - O órgão médico oficial do Município fiscalizará a observação do disposto neste artigo.

**Art. 93º** - É dever do servidor submeter-se a inspeção medica sempre que julgada necessária.



**Parágrafo Único** - A recusa, quando regularmente convocado, importará em falta grave punida com a pena disciplinar de suspensão até que se submeta a inspeção.

## **SEÇÃO II**

### **DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

**Art. 94º** - Ao servidor que estiver incapacitado para o exercício do cargo, por motivo de saúde, será concedida licença remunerada, como se no exercício estivesse.

§1º - O órgão médico oficial poderá opinar pela concessão da licença pelo prazo máximo de sessenta dias, prorrogáveis por períodos iguais ou sucessivos, até o máximo de dois anos.

§2º - É obrigatória a reversão do aposentado, quando cessados os motivos determinantes da aposentadoria.

**Art. 95º** - A licença para tratamento de saúde poderá ser concedida:

- I. - A pedido, no prazo máximo de cinco dias, contados da primeira falta;
- II. - "ex-officio".

**Art. 96º** - Na tramitação do pedido de licença para tratamento de saúde, será observado o sigilo sobre o diagnóstico.

## **SEÇÃO III**

### **DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

**Art. 97º** - O servidor poderá obter licença, por motivo de doença do cônjuge, ou companheiro, e de parentes até o segundo grau.



**Parágrafo Único** - Será comprovada a doença mediante inspeção médica procedida por órgão oficial do Município.

**Art. 98º** - A licença para tratamento de saúde em pessoa da família, será concedida:

- I. - Com remuneração integral, no primeiro mês;
- II. - Com dois terços da remuneração, quando exceder de um até seis meses;
- III. - Com um terço da remuneração quando exceder de seis meses até doze meses;
- IV. - Sem remuneração, a partir do décimo segundo e até o vigésimo quarto mês.

**Parágrafo Único** - O órgão oficial do Município poderá opinar pela concessão da licença pelo prazo máximo de trinta dias, renováveis por período iguais e sucessivos, até o limite de dois anos.

**Art. 99º** - Nos mesmo parâmetros do artigo anterior será concedida licença para o pai, a mãe, ou responsável legal de excepcional em tratamento.

#### **SEÇÃO IV DAS LICENÇAS A MATERNIDADE E A PATERNIDADE**

**Art. 100º** - A servidora gestante, ou à mãe adotiva de crianças até oito meses de idade, será concedida licença com a duração de cento e vinte dias, sem prejuízo do vencimento, remuneração e vantagens.

**Parágrafo Único** - A licença será concedida a partir:

- I. - Do oitavo mês, à gestante;
- II. - Mediante a comprovação de adoção, a mãe adotiva.

**Art. 101º** - Para amamentar o próprio filho, até seis meses de idade, a servidora terá direito, opcional, a:

- I. - Diminuição de uma hora na jornada diária;
- II. - Descanso de uma hora, durante o expediente.

**Art. 102°** - Ocorrido o parto sem que tenha sido requerida a licença, será esta concedida mediante apresentação da certidão de nascimento, retroagindo esta a data do nascimento.

**Art. 103°** - No caso de natimorto, poderá ser concedida licença para tratamento de saúde.

**Art. 104°** - Ao servidor será concedida licença-paternidade de cinco dias, mediante a apresentação da certidão de nascimento, retroagindo esta a data do nascimento.

#### **SEÇÃO V**

#### **DA LICENÇA AO SERVIDOR ACIDENTADO NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES OU ACOMETIDO DE DOENÇA PROFISSIONAL**

**Art. 105°** - O servidor, acidentado no exercício de suas atribuições, ou que tenha adquirido doença profissional, será licenciado, sem prejuízo da remuneração.

**Parágrafo Único** - A agressão física sofrida e não provocada considera-se como acidente.

**Art. 106°** - A licença ao servidor acidentado será processada nos termos do artigo 90°.

**Parágrafo Único** - No caso de acidente, verificado a incapacidade total para ocupação de cargo público, atestada pelo órgão oficial de saúde, será concedida aposentadoria integral ao servidor.

**Art. 107°** - Para a conceituação do acidente e da doença profissional, serão adotados os critérios da legislação social do trabalho.

**SEÇÃO VI**  
**DA LICENÇA PARA O SERVIDOR MILITAR E OUTRAS OBRIGATORIAS**  
**POR LEI**

**Art. 108°** - O servidor será licenciado:

- I. - Sem prejuízo da remuneração, quando:
  - a. - Convocado pela Justiça Eleitoral, no período de eleições;
  - b. - Sorteado para o Trabalho do Júri;
  - c. - Eleito para cargo efetivo da Diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Independência.
- II. - Sem remuneração, quando:
  - a. - Convocado para o serviço militar obrigatório;
  - b. - Oficial, ou aspirante a oficial da reserva, for convocado para estágios previstos na legislação militar.

- §1° - A licença Serpa concedida mediante a comprovação do evento.
- §2° - O servidor desincorporado reassumirá o cargo em prazo não superior a trinta dias.

**SEÇÃO VII**  
**DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**

**Art. 109°** - O servidor estável poderá obter licença sem remuneração, pelo prazo máximo de dois anos.

- §1° - O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença.
- §2° - A licença somente poderá ser renovada, após dois anos de exercício do cargo.
- §3° - O servidor poderá desistir da licença concedida.

§4º - Desistindo da licença, ou gozando-a deverá o servidor reassumir o cargo em prazo não superior a trinta dias.

**SEÇÃO VIII  
DA LICENÇA PARA ACOMPANHAR CONJUGE**

**Art. 110º** - Ao servidor estável, independentemente de sexo, será concedido licença sem remuneração, quando o cônjuge, servidor civil ou militar;

- I. - Assumir mandato conquistado em eleição majoritário ou proporcional para exercício fora do Município;
- II. - For designado, "ex-officio", para servir fora do Município.

**Art. 111º** - A licença será concedida pelo prazo de duração do mandato, ou até o limite máximo de quatro anos, nos demais casos.

§1º - A licença será instruída com a prova da eleição e posse ou designação.

§2º - Ultimada a licença, deverá o servidor reassumir o cargo em prazo não superior a trinta dias.

**Art. 112º** - É reconhecido a união estável entre o homem e a mulher, como unidade familiar.

**SEÇÃO IX  
DA LICENÇA PREMIO**

**Art. 113º** - O servidor terá direito, quinquenalmente com prêmio de assiduidade, a licença de noventa dias, sem prejuízo de remuneração e outras vantagens.

**Art. 114º** - A licença será:

- I. - A requerimento do servidor:
  - a. - Gozada integralmente, ou em duas parcelas de quarenta e cinco dias;

- b. - Convertida integralmente em tempo de serviço, contado em dobro;
- c. - convertida em remuneração aditiva, até a metade do prazo.

- II. - Convertida obrigatoriamente em remuneração adicional, na aposentadoria ou falecimento, sempre que a fração de tempo for superior a quatro anos e seis meses.

**Art. 115°** - O servidor aguardará, no exercício do cargo, a concessão da licença.

**Parágrafo Único** - Será cancelado o ato concessivo, quando não iniciada a licença dentro de trinta dias, contados da publicação do ato em local público.

**Art. 116°** - Para os efeitos da assiduidade, não se consideram interrupção do exercício:

- I. - Os afastamento enumerados no Art. , exceto as faltas abonadas, quando excedentes a vinte, no triênio;
- II. - Os períodos de licença a que se refere o art. 88°, I, II, V, VIII, X, desde que no total não excedam a cento e vinte dias, no triênio.

#### **SEÇÃO X DA LICENÇA COMPULSORIA**

**Art. 117°** - O servidor, ao qual se possa atribuir a condição de fonte de infecção de doença transmissível, será licenciado compulsoriamente.

**Art. 118°** - Positivada a procedência da suspeita, o servidor será licenciado para tratamento de saúde, considerando-se incluídas, os dias de licenciamento compulsório.

**SEÇÃO XI  
DALICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO ELETIVO**

**Art. 119º** - Ao servidor público, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- I. - Tratando-se de mandato eletivo Federal, Estadual ou Distrital, será licenciado, "ex-officio" sem vencimentos, do cargo efetivo, ou exonerado, a pedido, do cargo comissionado.
- II. - Investido no mandato de Prefeito:
  - a. - Será exonerado, a pedido do cargo comissionado;
  - b. - Será licenciado, sendo-lhe facultativo optar pela sua remuneração.
- III. - Investido no mandato de vereador:
  - a. - Será exonerado, a pedido, do cargo comissionado;
  - b. - Será licenciado "ex-officio" e sem vencimento se o exercício do mandato alterar o seu domicílio;
  - c. - Será licenciado, "ex-officio" ou a pedido, do cargo de provimento efetivo, se não houver compatibilidade de horários.

**CAPITULO VI  
DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**Art. 120º** - É assegurado ao servidor:

- I. - O direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- II. - A obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

**Art. 121º** - O requerimento, a representação e o pedido de reconsideração, serão apresentados no órgão de lotação do servidor.

**Parágrafo Único** - A petição será decidida pela autoridade que tenha expedido o ato ou proferido a decisão, no prazo improrrogável de trinta dias.

**Art. 122°** - Caberá recurso a autoridade superior dos Poderes Executivo e Legislativo, quando:

- I. - O pedido de reconsideração não for decidido no prazo legal;
- II. - O pedido de reconsideração foi indeferido.

**Art. 123°** - Os recursos serão decididos no prazo improrrogável de trinta dias, contados da data do recebimento.

- §1° - As decisões sobre recursos serão divulgadas em local público.
- §2° - Os recursos serão recebidos somente no efetivo devolucionário e, se providos, retroagem a data do ato impugnado.

**Art. 124°** - O direito de pleitear na esfera administrativa, prescreve:

- I. - Em cinco anos, dos atos de que decorreram demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- II. - Em dois anos, nos demais casos.

**Parágrafo Único** - Os recursos, quando cabíveis e tempestivos interrompem a prescrição.

**Art. 125°** - Os Prazos contam-se continuamente a partir da publicação do ato, com a exclusão do dia do começo e a inclusão do dia do termo final.

**Parágrafo Único** - Os prazos que se vencerem em sábados, domingos, feriados santificação ou considerado de frequência facultativa, ficam dilatados até o primeiro dia útil subsequente.

## **CAPITULO VII DA DISPONIBILIDADE**

**Art. 126°** - Extinto o cargo ou declarado a sua desnecessidade, por lei, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada.



**Art. 127º** - O servidor em disponibilidade deverá ser aproveitado nos termos do art. , ou adequadamente em outro cargo análogo de provimento efetivo.

**Art. 128º** - O servidor em disponibilidade por mais de dois anos:

- I. - Poderá requerer aposentadoria voluntária, com proventos correspondentes a setenta e cinco por cento do vencimento ou remuneração percebidos;
- II. - Equipara-se ao aposentado, para os efeitos de acumulação de cargo ou emprego público Federal, Estadual ou Distrital.

**Art. 129º** - A remuneração dos servidores em disponibilidade será revista na mesma proporção e na mesma data dos servidores em atividade.

#### **CAPITULO VIII DA APOSENTADORIA**

**Art. 130º** - O servidor será aposentado:

- I. - Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviços, moléstia profissional, ou doença grave ou incurável, e proporcionais nos demais casos;
- II. - Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviços;
- III. - Voluntariamente:
  - a. - Aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;
  - b. - Aos trinta anos de efetivo exercício em funções do magistério, se professor, e aos vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;
  - c. - Aos trinta anos de serviços, se homem, e aos vinte e cinco anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
  - d. - Aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§1º - No caso do exercício de atividade consideradas penosas, insalubres ou perigosas, o disposto no inciso III, "a" e "c" será reduzido de seis meses, em cada quinquênio de efetivo exercício prestado nessas condições.

§2º - A aposentadoria em cargos ou emprego temporários observará o disposto no lei federal.

**Art. 131º** - O servidor, no caso do artigo 130º, II e III, "a" e "b" se afastará no dia imediato ao atingir a idade ou tempo limite, independentemente da publicação e registro do ato de aposentadoria.

**Parágrafo Único** - A petição de aposentadoria voluntária será sempre instruída com certidão do tempo de exercício.

**Art. 132º** - O servidor estável que à data da aposentadoria exerça cargo comissionado ou função gratificada há mais de seis anos ininterruptamente, terá os proventos definidos na base da remuneração desse cargo.

**Parágrafo Único** - Integram-se aos proventos as vantagens incorporadas ao vencimento, pelo exercício de cargo comissionado.

**Art. 133º** - O servidor colocado à disposição união, dos Estados e de Municípios, deverá assumir o exercício do cargo, antes de atingir a compulsória ou de requerer a aposentadoria voluntária.

**Parágrafo Único** - O servidor colocado á disposição terá os seus proventos definidos com base na remuneração do cargo efetivo ocupado no Município.

**Art. 134º** - Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidas aos inativos qualquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando de correntes de transformação ou reclassificação do cargo em que se der a aposentadoria.

**Parágrafo Único** - Procedente a revisão, as vantagens retroagirão a data do pedido.

**CAPITULO IV  
DOS DIREITOS E VANTAGENS DE ORDEM MONETÁRIA**

**CAPITULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 135º** - Vencimento e retribuição mensal para o servidor pelo exercício do cargo, correspondendo ao valor do padrão fixado em lei, mais as vantagens a ele incorporadas definitivamente.

**Art. 136º** - A revisão geral dos vencimentos dos servidores civis será feita no mês de outubro, com vigência a partir desse mês.

**Parágrafo Único** - Abonos e antecipação a conta da revisão ficam condicionados ao limite de despesas definido na lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 137º** - Remuneração e a retribuição mensal paga ao servidor pelo exercício do cargo, correspondendo ao valor do padrão fixado em lei, acrescido de vantagens pecuniárias inerentes ao cargo, atribuições e condições de trabalho.

- §1º - A remuneração do servidor não excederá no âmbito do respectivo Poder, aos valores percebidos, em espécie, pelo Prefeito Municipal e Presidente.
- §2º - Entre o maior e o menor vencimento, a relação de valores será de um para quarenta.
- §3º - Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimo ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

**Art. 138°** - É assegurada isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados, aos servidores do Poder Executivo, ou entre os Poderes Executivo e Legislativo, ressalvando as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou local de trabalho.

**Parágrafo Único** - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores ao do Poder Executivo.

**Art. 139°** - O décimo terceiro salário será pago com base nos vencimento, remuneração ou proventos do mês de dezembro.

§1° - O décimo terceiro salário corresponderá a um doze avos por mês de serviço ou fração igual ou superior a quinze dias.

§2° - Na exoneração e na demissão, o décimo terceiro salário será pago no mês dessas ocorrências, proporcionalmente aos meses trabalhados.

**Art. 140°** - O servidor perderá:

- I. - No caso de ausência e impontualidade:
  - a. - O vencimento ou remuneração do dia, quando não comparecer ao serviço;
  - b. - Um terço do vencimento ou remuneração, quando não cumprir a jornada diária.
- II. - Quando nomeado para cargo comissionado, o vencimento do cargo efetivo;
- III. - O vencimento, a remuneração, ou parte deles, nos demais casos previstos nesta lei.

**Art. 141°** - As reposições devidas e as indenizações por prejuízos que causar, poderão ser descontadas em parcelas mensais monetariamente corrigidas, não excedentes a décima parte da remuneração ou provento.

**Parágrafo Único** - A faculdade de reposição ou indenização parceladas não se estende ao servidor exonerado, demitido ou licenciado sem vencimento.

**Art. 142°** - É direito do servidor perceber piso salarial proporcional a extensão e a complexidade de trabalho, o qual não pode ser inferior ao salário mínimo.

**Parágrafo Único** - O vencimento é irredutível.

**Art. 143º** - O vencimento e a remuneração e o provento não poderão ser objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo na prestação de alimentos, ou pensão alimentícia, decidida judicialmente.

**Art. 144º** - É proibido, fora dos casos expressamente consignados nesta lei, ceder ou gravar vencimento ou remuneração.

**Art. 145º** - As consignações em folha para efeito de desconto, não poderão, em somatório com os decorrentes de disposição em lei, exceder a um terço do vencimento ou remuneração.

**Parágrafo Único** - A consignação em folha, servirá unicamente como garantia de:

- I. - Débito a Fazenda Pública;
- II. - Contribuições previdenciárias a para associação ou sindicato dos servidores;
- III. - Cotas para cônjuge, ascendentes ou descendentes, e, cumprimentos de decisão judicial;
- IV. - Contribuições para aquisição de casa própria, negociada através de órgão oficial;
- V. - Empréstimo contraídos junto ao instituto de Previdência do Município;
- VI. - Autorização do servidor a favor de terceiros, a critério da administração.

## **CAPITULO II DOS ADICIONAIS**

**Art. 146º** - Ao servidor serão concedidos adicionais:

- I. - Pelo exercício do trabalho em condições penosas, insalubres ou perigosas;
- II. - Pelo exercício do cargo de Direção ou assessoramento;
- III. - Por tempo de serviço.

**Art. 147°** - O adicional de remuneração para atividades penosa, insalubres ou perigosas será dividido, após a realização de perícia pelo órgão oficial de saúde do Município.

§1° - O adicional, na ordem de vinte por cento, incidirá sobre o vencimento base.

§2° - O adicional previsto nestes artigo cessará com a eliminação das causas geradoras, não se incorporando ao vencimento sob nenhum fundamento.

§3° - Os adicionais de insalubridade, periculosidade, ou pelo exercício em condições penosas, são inacumuláveis.

**Art. 148°** - Ao servidor estável será devido o adicional pelo exercício de cargo de direção e assessoramento.

§1° - O adicional corresponderá a dez por cento da representação do cargo, em cada ano de efetivo exercício.

§2° - O adicional corresponderá a dez por cento da representação do cargo, em cada ano de efetivo exercício.

**Art. 149°** - Ao servidor se concederá, automaticamente, após cada período de cinco anos de exercício, contínuo ou, não um adicional por tempo de serviço na razão de cinco por cento, sobre o vencimento ou remuneração.

**Art. 150°** - Se considera como exercício, os casos previstos no artigo 83°.

**Art. 151°** - O ocupante do cargo em comissão fará jus aos adicionais previstos no Art. 148° - incisos I E III, calculados sobre o vencimento.

**Art. 152°** - Os adicionais previsto no artigo 146, II e III, se incorporarão automaticamente.



**SEÇÃO III  
DAS GRATIFICAÇÕES**

**Art. 153°** - Ao servidor serão concedidas gratificações:

- I. - Pela prestação de serviço extraordinário;
- II. - A título de representação;
- III. - Pela participação em órgão colegiado;
- IV. - Pela elaboração de trabalho técnico, científico ou de utilidade para o serviço público;
- V. - Pelo regime especial de trabalho;
- VI. - Pela participação em comissão, ou grupo especial de trabalho;
- VII. - pela titularidade;
- VIII. - Pela decorrência, em atividade de treinamento;
- IX. - Pela Produtividade;
- X. - Pela interiorização;
- XI. - Pelo exercício do magistério em classe de educação especial.

**Art. 154°** - A gratificação pela prestação de serviço extraordinário será paga ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, por hora de trabalho antecipada ou prorrogada, com remuneração superior em cinquenta por cento a hora normal.

- §1° - A remuneração da hora extra noturna, prestada no horário compreendido entre as vinte e duas horas e as cinco horas do dia imediato, será superior a diurna em vinte e cinco por cento.
- §2° - Será considerado serviço suplementar aquele excedente a jornada de cinco, seis ou oito horas diárias.
- §3° - a prestação de serviço extraordinária, não poderá exceder ao limite de sessenta horas semanais, salvo em especiais estabelecidos em lei.

**Art. 155°** - A gratificação de representação será atribuída aos servidores ocupantes de cargos comissionados de Direção e Assessoramento.



**Parágrafo Único** - A gratificação de representação incidirá sobre o padrão do cargo, nos seguintes percentuais:

- a. - DAS 04 - 100% (cem por cento);
- b. - DAS 03 - 80% (oitenta por cento);
- c. - DAS 02 - 70% (setenta por cento);
- d. - DAS 01 - 50% (cinquenta por cento).

**Art. 156°** - A gratificação pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, ou de utilidade para o serviço, em decorrência de formal designação ou autorização, será arbitrada pelo Titular do Poder Executivo ou Legislativo após a sua conclusão, não podendo exceder ao vencimento ou remuneração.

§1° - Esta gratificação não substitui, nem desobriga direito autoral, quando a atribuição não for inerente ao cargo.

§2° - O arbitramento da gratificação terá como parâmetro, também, o prazo de elaboração ou execução e o vencimento do servidor.

**Art. 157°** - A gratificação de regime especial de trabalho e a retribuição monetária mensal destinada aos cargos que, por sua natureza, exijam o desempenho de atividades técnicas, científicas, ou de pesquisa bem como aos de direção e assessoramento.

**Parágrafo Único** - A gratificação pressupõe a prestação de serviços em jornada complementar, tempo integral ou dedicação exclusiva.

**Art. 158°** - A gratificação de regime especial de trabalho será paga nos percentuais seguintes, calculados sobre o vencimento:

- a. - Sessenta por cento, para os profissionais de níveis superior, com jornada semanal de vinte e cinco horas;
- b. - Cem por cento para os profissionais de nível superior e ocupante de cargo de direção e assessoramento, em regime de tempo integral;
- c. - Cento e cinquenta por cento, para os profissionais de nível superior de cargo de direção e

assessoramento, em regime de tempo integral, com dedicação exclusiva.

- §1º - A gratificação exclui a percepção de vantagem pela prestação de serviço extraordinário.
- §2º - A gratificação, em regime de tempo integral, não se coaduna com a mesma vantagem percebida em outro cargo exercido cumulativamente no serviço público.
- §3º - Ao servidor sujeito ao regime de tempo integral com dedicação exclusiva, é vedado o exercício outro cargo ou emprego.
- §4º - Excluem-se da proibição do parágrafo anterior:
- a. - O exercício de atividade docente em curso superior, em horário compatíveis, e sem as vantagens do tempo integral com dedicação exclusiva;
  - b. - As atividades de consultoria decorrentes de notória especialização;
  - c. A participação em comissão de instrumentação ou execução de concursos publico.
- §5º - A gratificação pelo regime especial de trabalho se integral ao vencimento de servidor estável quando percebida ininterruptamente a cinco anos.

**Art. 159º** - A gratificação pela participação em comissão ou grupo especial de trabalho será atribuída coletivamente, e no mesmo percentual.

**Parágrafo Único** - O arbitramento da gratificação, concluída o objetivo da comissão ou grupo especial de trabalho, levará em consideração a duração da atividade e o vencimento do servidor.

**Art. 160º** - A gratificação de titularidade de nível superior será atribuída ao servidor portador de diploma de curso de terceiro grau, ou registro profissional a esse nível, desde que essa condição seja inerente ao exercício do cargo.

**Parágrafo Único** - A gratificação, em qualquer hipótese, será de oitenta por cento do vencimento.

**Art. 161º** - A gratificação pela docência, em atividade de treinamento, será atribuída ao servidor, no regime hora-aula, desde que esta atividade não seja inerente ao exercício do cargo.

**Art. 162º** - A gratificação de produtividade destina-se a estimular as atividades dos servidores ocupantes de cargos nas áreas de tributação, arrecadação e fiscalização fazendária, na forma prevista em sua regulamentação.

**Art. 163º** - A gratificação de interiorização é devida aos servidores que tenham domicílio na sede do município, sejam lotados, transferidos, ou removidos para distritos, ou vilas, enquanto perdurar essa lotação ou movimentação.

§1º - A gratificação de interiorização incidirá sobre o vencimento e será proporcional ao grau de dificuldade de acesso ao Distrito ou vila.

§2º - A gratificação que não exceder ao vencimento, será escalonada em regulamento.

**Art. 164º** - A gratificação pelo exercício do magistério em classe de educação especial será de cinquenta por cento sobre o vencimento.

#### **SEÇÃO IV DAS DIARIAS**

**Art. 165º** - ao servidor que se deslocar temporariamente da sede onde desempenha suas atribuições, serão concedidas, além do transporte, diárias a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

§1º - As diárias poderão ser atribuídas nos casos em que o servidor se afastar em missão oficial, curso, ou estágio correlato com as atividades do cargo.

§2º - As diárias serão pagas antecipadamente e isentam o servidor de posterior prestação de contas.

**Art. 166º** - O arbitramento das diárias será estabelecido em regulamento, considerados o local e as peculiaridades do afastamento.

**Art. 167º** - Não caberá a concessão de diárias quando o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo.

**Art. 168º** - Cancelado o deslocamento, o servidor deverá promover a restituição das diárias, adiantamentos e passagens, no primeiro dia útil seqüente.

#### **SEÇÃO V DAS AJUDAS DE CUSTO**

**Art. 169º** - A ajuda de custo deverá ser concedida ao servidor que, no interesse do serviço público municipal, passar a ter exercício em distrito, vila ou em outro município.

§1º - A ajuda de custo compensará as despesas comprovadas com o transporte do servidor, seus dependentes e dos seus bens.

§2º - Não será concedida ajuda de custo ao servidor que:

- a. - Se afastar do cargo ou reassumi-lo, em virtude do exercício ou termino de mandato eletivo;
- b. - For colocado, a disposição de outro Poder, ou esfera de Governo;
- c. - For removido ou transferido, a pedido.

**Art. 170º** - As ajudas de custo serão restituídas, quando:

- I. - O servidor não se apresentar na nova sede no prazo de trinta dias;
- II. - O servidor solicitar exoneração;
- III. - A designação for tornada sem efeito.

#### **SEÇÃO VI DO SALARIO FAMILIA**

**Art. 171º** - É direito do servidor a salário-família para seus dependentes.

**Art. 172º** - Serão dependentes do servidor:

- I. - Cônjuge
- II. - Filho menor de vinte e um anos;
- III. - Filho inválido;

IV. - Enteados e tutelados.

§1º - A dependência é de natureza sócio-econômica e decorre da entidade familiar.

§2º - A invalidez que conceitua a dependência e a incapacidade permanente para o trabalho no regime administrativo ou trabalhista.

**Art. 173º** - Quando o pai e mãe tiverem a condição de servidor publico, e viverem em comum, o salário-família será concedido a um deles.

**Parágrafo Único** - Se não viveram em comum, o salário-família será percebido pelo que mantiver os dependência sob sua guarda, ou a ambos, de acordo com a distribuição dos dependentes.

**Art. 174º** - Ao pai e mãe, equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, o representante legal.

**Art. 175º** - O salário-família é devido, a partir do início do exercício e comprovação da dependência.

**Art. 176º** - Será suspenso temporariamente o pagamento do salário-família nos casos em que o servidor deixar de perceber o vencimento ou a representação, salvo nos casos de suspensão disciplinar.

**Art. 177º** - Será suspenso definitivamente o pagamento do salário-família, quando:

- I. - Cessada a dependência;
- II. - Verificado a inexistência dos documentos apresentados;
- III. Um dos cônjuge já perceba esse direito.

**Art. 178º** - O cônjuge, companheira ou companheiro não exercendo atividade remunerada, terá direito ao salário-família.

**Art. 179º** - O salário-família será pago no valor correspondente a cinco por cento do menor vencimento pago pelo município.

§1º - Sendo inválido o dependente, salário-família será pago em dobro.

- §2º - Falecendo o servidor, o salário-família será pago ao cônjuge, ou representante legal dos dependentes.
- §3º - O salário-família, não será objeto de tributo ou desconto de qualquer natureza.

**SEÇÃO VIII**  
**OUTRAS VANTEGENS MONETARIAS OU CONCESSÕES**

**Art. 182º** - Aditivamente, será concedido:

I. - Ao servidor:

- a. - Participação no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;
- b. - Vale-transporte, nos termos da legislação Federal;
- c. - Auxílio-natalidade, correspondente ao valor do menor vencimento, após a apresentação de certidão de nascimento para a inscrição do dependente;
- d. - Auxílio-doença, após períodos consecutivos, nos previstos no artigo 88º, I e V;
- e. - custeio do tratamento de saúde, quando a licença for concedida nos termos do artigo 88º, V;
- f. - Quando estudante e mediante comprovação regime de compensação para realização de provas a abono de faltas para exame vestibular;
- g. - Transporte ou a indenização correspondente, quando licenciado nos termos do artigo, I, V e X, estando impossibilitado de locomover-se.

II. - Ao cônjuge, companheiro ou dependentes:

- a. - Custeio das despesas de transladação do corpo, quando o servidor, no desempenho de atribuições falecer fora da sede do exercício;
- b. - Auxílio-funeral, correspondente a um mês de remuneração ou provento, aos herdeiros, ou, na ausência destes, a quem realizar as despesas do sepultamento;
- c. - Pensão especial, no valor integral do vencimento ou remuneração, quando o servidor falecer em decorrência de acidente em serviço ou moléstia profissional;



- d. - Vantagens monetárias não percebidas pelo servidor, em decorrência do falecimento.

**Art. 183º** - Cinquenta por cento da pensão especial será destinada ao cônjuge, companheira, companheiro, e a outra percentagem destinada, em partes iguais, aos dependentes.

**Parágrafo Único** - Não havendo dependentes, ou cessado o direito dos mesmos, o benefício reverterá ao cônjuge, companheira, companheiro, integral ou progressivamente.

### **CAPITULO III DAS ACUMULAÇÕES REMUNERADAS**

**Art. 184º** - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a. - De dois cargos de professor;
- b. - De um cargo de professor, com outro cargo técnico, científico, ou de Secretario Município;
- c. - De dois cargos privativos de médico;
- d. - De um cargo de provimento efetivo com o exercício do mandato de vereador.

**Art. 185º** - A proibição de acumular não se aplica ao aposentado, quando investido em cargo comissionado.

**Art. 186º** - A acumulação será havido de boa-fé, até a conclusão final do processo administrativo.

### **TITULO V DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 187º** - A seguridade social compreende um conjunto de ações do município destinadas a assegurar os direitos de servidor e seus dependentes à saúde, a previdência e a assistência social.



**Parágrafo Único** - Na seguridade social são prevaletentes os seguintes objetivos:

- I. - Universalidade da cobertura do atendimento;
- II. - Uniformidade dos benefícios;
- III. - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- IV. - Caráter democrático da gestão administrativa, com a participação do servidor estável e do aposentado no colegiado da autarquia de Previdência e Assistência do Município.

**Art. 188º** - A seguridade Social será financiada através das seguintes contribuições;

- I. - Incidente sobre a folha de vencimento e remuneração;
- II. - Dos servidores de qualquer quadro funcional;
- III. - Outras fontes estabelecidas em lei destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.

**Parágrafo Único** - As receitas destinadas a seguridade social dos servidores constarão do orçamento do município.

**Art. 189º** - As metas e prioridades caracterizadas dos programas, projetos e atividades estabelecidas no orçamento, manterão absoluta fidelidade com a finalidade e objetivo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município.

## **CAPITULO II DA SAÚDE**

**Art. 190º** - A saúde é o direito do servidor e seus dependentes, garantido mediante políticas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso as ações e serviços para a sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação.

**Art. 191º** - A assistência a saúde será prestada pela autarquia Municipal e, de forma completamente, por instituições públicas e privadas.

**Parágrafo Único** - As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência, entre as instituições privadas.

### **CAPITULO III DA PREVIDENCIA SOCIAL**

**Art. 192º** - Os planos de previdência social atenderão nos termos da lei a:

- I. - Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluindo os resultantes de acidentes de trabalho, velhice e reclusão;
- II. - Pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge e dependente.

- §1º - As vantagens monetárias do servidor serão incorporadas ao vencimento-base, nos termos desta lei, para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios.
- §2º - É assegurado a reajustamento de benefício para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, nos termos desta lei.
- §3º - O décimo - terceiro salário dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

### **CAPITULO IV DA ASSISTENCIA SOCIAL**

**Art. 193º** - A assistência social será prestada ao servidor e dependentes.

**Art. 194º** - A assistência social tem por objetivo:

- I. - Proteção ao servidor, sobretudo nos trabalhos penosos, insalubres e perigosos;

- II. - Proteção a família, a maternidade e a infância;
- III. - Amparo as crianças, em creche;
- IV. - A cultura, o esporte, a recreação e o lazer.

## **TITULO VI DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL**

**Art. 195º** - É garantido ao servidor público municipal o direito a livre associação sindical.

**Parágrafo Único** - Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato.

**Art. 196º** - Compete ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos, ou individuais do servidor.

**Art. 197º** - É assegurada a participação permanente do servidor nos colegiados do órgãos do Município em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objetos de discussão e deliberação.

## **TITULO VII DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES**

### **CAPITULO I DOS DEVERES**

**Art. 198º** - São deveres do servidor:

- I. - Assiduidade e pontualidade;
- II. - Urbanidade e solidariedade;

- III. - Descrição;
- IV. - Lealdade para com as instituições públicas;
- V. - Obediência as Ordens Superiores;
- VI. - Exercício pessoal das atribuições;
- VII. - Observância aos princípios éticos, morais e as leis;
- VIII. - atualização dos dados pessoais e dos dependentes;
- IX. - representação contra as ordens manifestamente ilegais e irregularidade;
- X. - Atendimento privilegiado:
  - a. - As requisições para a defesa Município;
  - b. - As informações, documentos e providencia solicitadas por autoridades judiciárias ou administrativas;
  - c. - A expedição de certidões para a defesa de direitos, a arguição de ilegalidade ou abuso de autoridade.

## **CAPITULO II DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 199º** - É vedado ao servidor:

- I. - Acumular cargos ou empregos na administração publica;
- II. - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo, e que deve permanecer em sigilo;
- III. - Pleitear como intermediário ou procurador no serviço publico, exceto quando se tratar de interesse do cônjuge ou dependente;

- IV. - Deixar de tomar posse, de entrar no exercício do cargo, ou de comparecer ao serviço sem causa justificada, por trinta dias consecutivos;
- V. - Valer-se do exercício do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função;
- VI. - Cometer a pessoa estranha repartição, fora dos casos previstos em lei, encargo legítimo do servidor publico;
- VII. - Participar de concurso de natureza técnica, científica ou artística, promovido pelo Município;
- VIII. - Participar da gerencia ou administração de sociedade mercantil de qualquer natureza, salvo se ocupante de cargo de provimento efetivo;
- IX. - Aceitar contrato com a Administração Municipal quando não autorizado em lei ou regulamento;
- X. - Participar da gerencia ou administração de associação ou sociedade subvencionada pelo Município, excetuadas entidades comunitárias e associação profissional ou sindical;
- XI. - Tratar de interesses particulares ou desempenhar atividade estranha ao cargo, no recinto da repartição;
- XII. - Referir-se de modo depreciativo a servidor publico e ato da Administração;
- XIII. - Utilizar-se do anonimato, ou de provas obtidas ilicitamente;
- XIV. - Permutar ou abandonar serviço essencial, sem expressa autorização;
- XV. - Omitir-se no zelo e conservação dos bens e documentos públicos;
- XVI. - Desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão judicial;
- XVII. - Deixar, sem justa causa, de observar prazos legais administrativos ou judiciais;
- XVIII. - Praticar ato lesivo ao patrimônio Municipal;
- XIX. - Solicitar, aceitar ou exigir vantagem indevida pela abstenção ou pratica regular de ato de ofício;
- XX. - Exercer suas atribuições, salvo em cargo comissionado, sob as ordens imediatas de parentes até o segundo grau;
- XXI. - Prática de outros atos tipificados em lei como crime contra a administração pública;
- XXII. - Prática de outros atos tipificados em lei como crime contra a administração publica;

XXIII. - Delongar a nomeação de classificado em concurso público.

**Parágrafo Único** - Não se compreende na proibição do inciso VIII o exercício de cargo da Administração Indireta, quando regularmente colocado a disposição.

### **CAPITULO III DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 200º** - O servidor responde administrativa, civil e penalmente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

**Parágrafo Único** - Caracteriza-se especialmente a responsabilidade:

- I. - Pela sonegação de bens confiados a sua guarda ou responsabilidade, ou por não prestar contas, ou por não as tomar na forma e no prazo estabelecido;
- II. - Pelas faltas, danos, avarias e quaisquer outros prejuízos que sofrerem os bens e os materiais sob a sua guarda ou sujeitos a seu exame e fiscalização;
- III. - Pela falta ou inexatidão das necessárias averbações nas notas de despacho, guias e outros documentos de receita, ou que tenham com eles relação;
- IV. - Por qualquer erro de calculo, ou redução contra a Fazenda Municipal;
- V. - Pela realização de obras, contratação de serviços ou aquisição de bens em desacordo com as disposições legais.

**Art. 201º** - A responsabilidade administrativa decorre de atos ou omissões que contravenham o cumprimento dos deveres, atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor, e não será elidida pelo ressarcimento do dano.

§1º - A responsabilidade administrativa deve ser individualizada no respectivo processo.

§2º - A responsabilidade administrativa não exime as de natureza civil e penal, nem a sua apreciação depende do pronunciamento da justiça.

**Art. 202º** - A responsabilidade civil decorre de ato que importe em prejuízo a Fazenda Municipal ou a terceiros.

§1º - Se o prejuízo resultar de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entradas, nos prazos legais, o servidor será obrigado a repor a importância de uma só vez, corrigida monetariamente.

§2º - Por dano causado a terceiros, o servidor responderá perante a Fazenda Municipal em ação regressiva quando não houver conciliação na esfera administrativa.

§3º - A ação regressiva será ajuizada no prazo de sessenta dias a partir da data em que transitar em julgado a condenação imposta a Fazenda Municipal.

**Art. 203º** - A absolvição judicial somente repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou afastar do servidor a autoria.

## **TITULO VIII** **DAS PENALIDADES E SUA APLICAÇÃO**

**Art. 204º** - São penas disciplinares:

- I. - Repreensão;
- II. - Multa;
- III. - Suspensão;
- IV. - Demissão;
- V. - Cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.



**Art. 205°** - Considera-se infração disciplinar o ato praticado pelo servidor com violação dos deveres ou das proibições.

**Parágrafo Único** - Na aplicação de sanção disciplinar serão consideradas solidariamente;

- I. - A natureza da infração, sua gravidade e as circunstancias em que foi praticada;
- II. - Os danos dela decorrentes para o serviço público;
- III. - A repercussão do ato;
- IV. - Os antecedentes do ato;
- V. - A reincidência.

**Art. 206°** - Aplica-se ao direito Administrativo o principio de que ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhecia.

**Art. 207°** - As sanções disciplinares serão aplicadas através de:

- I. - Portaria, no caso de repreensão, multa ou suspensão;
- II. - Decreto, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

**Parágrafo Único** - A portaria e o decreto indicarão sempre a penalidade e o fundamento legal e serão inscritas nos assentamentos do servidor.

**Art. 208°** - Na aplicação de penalidade, serão indemissíveis as provas obtidas por meio ilícitos.

**Art. 209°** - Aos acusados e litigantes em processo administrativo são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

**Parágrafo Único** - Ao servidor punido com pena disciplinar é assegurado pedir reconsideração e recorrer da decisão.

**Art. 210°** - A pena de suspensão que não excederá de trinta dias, será aplicada em caso de falta grave, reincidência, ou infração ao disposto no artigo 197, VII, XI, XII, XIV e XVII.

- §1º - O servidor, enquanto suspenso, perderá os direitos e vantagens de natureza monetária, exceto o salário-família.
- §2º - O servidor suspenso poderá ser licenciado, salvo no caso do artigo 88, VII, IX e XI.
- §3º - Quando licenciado, a penalidade, será aplicada após o retorno do servidor ao exercício.
- §4º - A pena de suspensão, por si só, não incompatibiliza o servidor de permanecer no exercício de cargo comissionado.
- §5º - A requerimento do servidor e quando houver conveniência deste servidor a autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá convertê-la em multa na base de cinquenta por cento por dia de vencimento, permanecendo o servidor em exercício.

**Art. 211º** - A pena de multa autônoma que não excederá ao valor de um vencimento ou remuneração, será na forma e nos casos expressamente previstos em regulamento.

**Art. 212º** - A pena de demissão será aplicada nos casos de:

- I. - Crime contra a Administração Pública nos termos da lei penal;
- II. - Abandono de cargo;
- III. - Perda de nacionalidade;
- IV. - Procedimento irregular de natureza grave;
- V. - Transgressão ao disposto no artigo 197, exceto os incisos VII, XI, XII, XIV e XVII;
- VI. - Faltas ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias intercaladamente,, durante o período de doze meses;
- VII. - Aplicação ilegal de bem, públicos.

- §1º - O servidor indicado em processo administrativo não poderá ser exonerado, salvo se comprovada a sua inocência.
- §2º - O abandono do cargo só se configura a trigésima primeira falta consecutiva e injustificada.
- §3º - Nas faltas continuadas ao serviço contam-se também, como tais, os sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativos intercalados.

**Art. 213º** - A pena de demissão será aplicada com a nota "a bem do serviço público", sempre que o ato fundamentar-se no artigo 197, V, XII, XVIII, XIX, XXII.

**Parágrafo Único** - Enquanto perdurar a nota desabonadora, o ex-servidor não poderá readmitido.

**Art. 214º** - As penas de cassação de aposentadoria ou disponibilidade serão aplicadas se ficar provado que o inativo:

- I. - Praticou, quando em atividade, falta grave para a qual é cominada nesta lei a pena de demissão;
- II. - Exerceu ilegalmente, cargo no serviço público ou representa.

**Parágrafo Único** - A cassação da aposentadoria e da disponibilidade não prescindem de processo administrativo.

**Art. 215º** - São competentes para a aplicação de penalidade, observada a vinculação do servidor:

- I. - Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, em qualquer caso, e privativamente, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- II. - Os Secretários do Município e dirigentes de órgão a estes equiparados, nos casos de repreensão, multa e suspensão;
- III. - O presidente da comissão de processo administrativo, no caso de suspensão preventiva.

## **TITULO IX DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

### **CAPITULO I DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO**

**Art. 216º** - O processo administrativo ou a sindicância será instaurada para a apuração de irregularidade no serviço público Municipal.

- §1º - O processo administrativo e a sindicância devem resguardar os direitos do servidor e garantir a administração, configurando-s em clima de segurança e legalidade.
- §2º - Nenhum servidor será considerado culpado antes de concluir o processo administrativo, ou a sindicância.

**Art. 217º** - São competentes para determinar a apuração de irregularidade:

- I. - O Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal, e os dirigentes de Autarquias e Fundações, quando se tratar de processo administrativo.
- II. - As autoridades referidas no inciso anterior e de Secretários Municipais, quando se tratar de sindicância.

**Art. 218º** - O processo administrativo precederá a aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade.

**Art. 219º** - No caso do artigo 197º, I, II e III, a pena disciplinar será aplicada em função da autoria certa edo conhecimento pessoal e direto do servidor que argüiu a transgressão.

## **CAPITULO II DA SINDICANCIA**

**Art. 220º** - A sindicância, como meio sumario de verificação, será procedida por dois servidores, condição hierárquica nunca inferior a do indiciado, ou pela comissão permanente de processo administrativo.

- §1º - Será promovido a sindicância quando insuficientes os elementos para a caracterização da falta grave, ou de sua autoria.
- §2º - A sindicância deverá ser concluída no prazo de quinze dias, prorrogável uma única vez por igual período, dispensados os servidores de suas atribuições, enquanto perdurar o encargo.

**Art. 221º** - A sindicância poderá concluir:

- I. - Pelo Arquivamento do processo, quando inidônea a denúncia ou comprovada a inexistência da irregularidade ou comprovada a inexistência da irregularidade;
- II. - Pela aplicação de pena de repreensão, multa e suspensão, quando a transgressão não implicar nas penalidades do artigo 202º, IV e V;
- III. - Pela instauração do processo administrativo, nos demais casos.

**Art. 222º** - A apuração sumario não prescinde da ampla coleta de provas, pelos meios morais e legítimos em direto e da abertura do prazo de três dias para o oferecimento de defesa quando:

- I. - Definida claramente a autoria;
- II. - Concluir pela aplicação de pena de suspensão.

### **CAPITULO III DAS COMISSÕES PROCESSUAIS**

**Art. 223º** - Em casa Poder, nas autarquias e fundações, serão designadas comissões processantes destinadas a realizar os processo administrativos.

**Parágrafo Único** - O disposto neste artigo não impede a designação de comissões especiais.

**Art. 224º** - Na composição da comissão processante se observará:

- I. - Constituição por três servidores de nível nunca inferior ao do indiciado, nomeado por prazo determinado:

- II. - Somente quando a transgressão envolver assunto ou servidores de mais de um órgão Municipal, o Presidente e os dois membros poderão ser escolhidos entre servidores não pertencentes a repartição do indiciado;
- III. - A designação dos membros da comissão processante deverá recair em servidores públicos, do quadro de cargos de provimentos efetivo;
- IV. - O Secretario da Comissão será, em cada caso, designado pelo Presidente, não podendo a escolha recair, cumulativamente, em membro da comissão;
- V. - o servidor designado para integrar a comissão deverá argüir por escrito, sua publicação do ato;
- VI. - A arguição de suspeição será acolhida, necessariamente, quando o servidor alegar:
  - a) - Ser Parente consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, do denunciante ou denunciado;
  - b) - Amizade íntima ou inimizade em relação ao denunciante ou denunciado;
  - c) - Exercício de cargo subordinado imediatamente ao denunciante ou denunciado;
  - d) - Participação mediata na denúncia da irregularidade;
  - e) - Ser dirigente da Associação ou Sindicato dos servidores do Município.

#### **CAPITULO IV DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS**

**Art. 225º** - O processo administrativo será iniciado no prazo de três, contados da publicação do ato em local Público, e concluído em sessenta dias, a contar da citação do indiciado.

- §1º - Pode a autoridade que determinou a instauração do processo prorrogar-lhe o prazo, por trinta dias, atendendo circunstanciada solicitação do Presidente da Comissão.
- §2º - Vencida a prorrogação e não intimado o processo, nova comissão será designada para a conclusão do mesmo no prazo de trinta dias.

**Art. 226º** - São atribuições da comissão processante:



- I. - Utilizar dos meios lícitos de provas, recorrendo, quando necessários, a consultores técnicos, peritos e auxiliares;
- II. - Garantir o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição;
- III. - Instalada a comissão, promover a citação do denunciante, denunciado e da Associação ou Sindicato dos Servidores, no prazo de quarenta e oito horas;
- IV. - Organizar os autos, consignados as atividades em atas de reuniões, termos, despachos, ofício e demais atos pertinentes;
- V. - Ordenar toda e qualquer diligência que se afigure conveniente a apuração da verdade e a realização da justiça;
- VI. - Solicitar a licença processual preventiva do indiciado ou testemunha, por prazo não superior a vinte dias;
- VII. - Conceder "vistas aos autos" ao indiciado ou procurador habilitado;
- VIII. - Elaborar, após a fase probatória, circunstanciado despacho de infrações atribuídas ao indiciado, fazendo remissão as provas;
- IX. - Designar advogado para produzir a defesa do indiciado, nos casos de revelia, ou quando esgotado o prazo;
- X. - Apresentar, no prazo de dez dias contados da juntada da defesa, conclusivo relatório.

**Art. 227º** - A citação do indiciado será feita pessoalmente acompanhada da portaria de instauração do processo administrativo.

- §1º - Ausência do seu domicílio e conhecido o seu endereço, será citado por carta, juntando-se aos autos o aviso de recepção.
- §2º - Não sendo encontrado, ou ignorado o seu paradeiro, a citação será feita por edital, afixado em local público, por dez dias consecutivos.
- §3º - Feita a citação editalícia sem que o indiciado compareça, o processo administrativo prosseguirá a sua revelia.



**Art. 228º** - Compete ao Secretario da Comissão organizar e manter sob sua guarda os autos do processo administrativo, bem como executar as denominações, representada pelo seu Presidente.

§1º - A autuação, ajuntada, a conclusão, a intimação, as certidões, os compromissos e demais atos processuais análogos terão forma resumida.

§2º - A juntada aos autos obedecerá a ordem cronológica do recebimento do documento.

**Art. 229º** - A licença processual preventiva do indiciado objetiva unicamente apuração equilibrada e legítima dos atos.

**Parágrafo Único** - O servidor licenciado preventivamente será afastado do exercício do cargo, sem prejuízo do vencimento, remuneração e demais vantagens definidas nesta lei.

**Art. 230º** - A vista dos autos será concedida na repartição na presença do Secretario da Comissão.

**Parágrafo Único** - Para a apresentação da defesa, e garantia a retirada dos autos da repartição, pelo indiciado ou seu advogado.

**Art. 231º** - Concluído o processo administrativo, a comissão apresentará relatório a autoridade que o instaurou.

§1º - No relatório a Comissão apreciará, em relação a cada indicição, separadamente, as irregularidades de que forem causadores, as provas colhidas, as razões de defesa, propondo, então, a absolvição, ou punição, com a tipificação das transgressões e a indicação da penalidade.

§2º - Deverá, também a comissão, em seu relatório, sugerir quaisquer outras medidas convenientes ao serviço público.

**Art. 232º** - O indiciado deve argüir a suspensão de qualquer membro da comissão, em petição dirigida a autoridade que houver instaurado o processo, no prazo de quarenta e oito horas da citação.

**Parágrafo Único** - Procedente a arguição, será o membro da comissão substituído.

**Art. 233º** - O iniciado deverá apresentar rol de testemunhas, até o Máximo de cinco, para ser ouvido pela comissão.

- §1º - O rol de testemunhas poderá ser substituído enquanto não encerrada a fase probatória.
- §2º - Na fase probatória pode o indiciado requerer ou indicar outros meios de prova lícita em direito.
- §3º - As testemunhas pelo denunciante, arroladas comissão, ou indicadas pelo indiciado, serão convocadas a depor mediante ofício, no qual será registrado o assunto.
- §4º - A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, resguardado o sigilo, quando necessário ao exercício profissional.
- §5º - No servidor municipal que se recusar a depor, sem justo motivo, será solicitado a aplicação de pena disciplinar de suspensão.
- §6º - Se a recusa for de pessoa estranha ao servidor público seja ouvido por autoridade policial, a qual encaminhará, deduzido por itens, a matéria de fato pertinente.
- §7º - O servidor que tiver que depor fora da sede do exercício do cargo terá direito a diárias.

**Art. 235º** - A autoridade que determinar a instauração o processo administrativo, recebido os autos proferirá julgamento no prazo de trinta dias.

- §1º - As conclusões da comissão processante devem ser acabadas fielmente, salvo quando contrarias as provas dos autos e a lei.
- §2º - A comissão julgadora determinará a expedição dos atos decorrentes do julgamento e as medidas necessárias a execução.
- §3º - as decisões serão afixadas em local público no prazo de oito dias.

**Art. 236º** - Os membros das comissões processantes e de sindicância, ficarão dispensados de suas atribuições normais até a conclusão dos atos para os quais foram designados.

**Art. 237º** - Os procedimentos de natureza judicial independem dos administrativos e serão, a qualquer tempo, solicitados pela autoridade instauradora do processo, ou Presidente da comissão processante, ou autoridade competente dos Poderes Legislativo e Judiciário.

**Art. 238º** - Ao processo administrativo disciplinar devem ser aplicados os seguintes princípios gerais de direito:

- I. - Nenhum ato processual será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a defesa;
- II. - Não será declarada a nulidade do ato processual, que não houver influído na apuração da verdade ou no julgamento de ação disciplinar.

#### **CAPITULO V DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 239º** - Será dada revisão dos processos quando a decisão:

- I. - For centraria a texto de lei, ou as provas dos autos;
- II. - Se fundar em qualquer prova falsa;
- III. - Fatos novos contestarem a culpa ou autorizarem pena mais branda.

§1º - A revisão, será requerida a autoridade que aplicou a pena, a qualquer tempo.

§2º - Na revisão de processo administrativo, o ônus da prova cabe ao requerente.

§3º - Os pedidos que não se fundarem nos casos deste artigo, ou simplesmente alegarem injustiça, serão indeferidos "in limine".

**Art. 240º** - As revisões serão feitas por especial comissão processante revisora.

- §1º - Não poderá atuar na revisão quem houver participado da comissão processante.
- §2º - A revisão se processará apensada ao processo administrativo.
- §3º - Será aplicadas a revisão as normas referentes do processo administrativo.

**Art. 241º** - Julgada procedente a revisão, a duvida favorece o acusado.

#### **TITULO X DO PESSOAL TEMPORARIO**

**Art. 242º** - Para atender necessidade de excepcional interesse publico, poderá haver a contratação de servidor temporário.

**Parágrafo Único** - Os casos de contratação de servidor temporário, conciliadas necessariamente com o excepcional interesse publico, serão definidos em lei.

**Art. 243º** - O servidor publico estimulará e contratará, também:

- I. - Estagio - estudantes, por prazo não superior a seis meses, com renovação única por igual período e com dispensa automática.
- II. - Médicos - residentes.

**Parágrafo Único** - A contratação do estagio - estudante e o medico - residente será disciplinada em regulamento, conciliado com a legislação Federal.

**TITULO XI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 244°** - O dia 28 de outubro é consagrado ao servidor publico Municipal.

**Art. 245°** - Nenhum pena passará da pessoa do servidor, podendo a obrigação de reparar dano e decretação de pedimento de bens ser, nos termos da lei, estendido aos sucessores e contra eles executados, até o limite do patrimônio transferido.

**Art. 246°** - O tempo de serviço gratuito será contado para todos os fins, quando prestado a autarquia profissional, ou aos que tenham exercido gratuitamente mandato de vereador.

**Art. 247°** - É Assegurado o direito de greve.

**Parágrafo Único** - Os serviços ou atividades essenciais e o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, o direito de greve será disciplinado em regulamento, conciliado com a legislação Federal.

**Art. 248°** - Nos planos de cargos e salários fixados em lei, será observado:

- I. - Proibição de diferença de vencimentos, de exercício de cargo e de critério de provimento por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
- II. - Proibição de qualquer discriminação ao servidor de deficiência;
- III. - revisão geral da remuneração dos servidores a mesma data, sem distinção de índice entre os Poderes Executivo e Legislativo;
- IV. - O limite Maximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores do Município, observado, como limite Maximo os valores recebidos como remuneração, em espécie, pelos Vereadores Municipais e a relação será de trinta, entre a maior e a menor remuneração.

**TITULO XII  
DAS DISPOSIÇÕES TRASITORIAS**

**Art. 249°** - Os servidores Municipais, em exercício na data da promulgação da Constituição de 1988, há pelo menos cinco anos continuados e que não tenham sido admitidos na forma do artigo 90° são considerados estáveis.

§1° - O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título, quando se submeterem a concurso para fins de efetivação.

§2° - O disposto neste artigo não aplica aos ocupantes de cargos, funções, cargos de confiança, ou em comissão, nem aos declarados de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do "capit" deste artigo.

**Art. 250°** - No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da publicação desta lei, o chefe do Poder Executivo Municipal baixará normas regulamentares que se fizerem necessárias para execução plena desta lei, inclusive o novo quadro de Pessoal e planos de carreira para os servidores do Poder executivo e Legislativo.

**Art. 251°** - Contar-se-ão por dias corridos os prazos previsto neste Estatuto.

**Parágrafo Único** - Na contagem dos prazos, salvo disposições em contrario, exclui-se-á o primeiro dias e incluir-se-á o ultimo. Se esse dia cair no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo, o prazo considerar-se-a prorrogado até o primeiro dia útil.

**Art. 252°** - Após a aprovação da presente lei, o Prefeito Municipal de Independencia encaminhará, para a Câmara de Vereadores, no prazo de 10(dez) dias, projeto de lei, que, aprovado, instituirá o Fundo de Seguridade Social do Servidor Municipal.

**Art. 253°** - Fica o Poder Executivo Municipal de Independencia autorizado a enquadrar os Servidores estáveis do

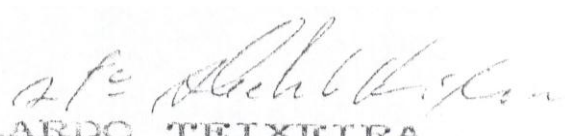


Município no regime jurídico único, assumindo doravante á medica os ônus decorrentes das respectivas pensões e aposentadorias.

**Art. 254°** - enquanto não for realizado o concurso publico para regularização da situação funcional do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Independencia, os demais servidores municipais lotados e em exercício, permanecem em Quando Provisório, em regime de trabalho especial, para não comprometer o funcionamento dos serviços essenciais da administração.

**Art. 255°** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Paço da Prefeitura Municipal de Independencia,  
Em 10 de Março de 1993



DR. ANTONIO ABELARDO TEIXEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA  
Sala das Sessões em 15 / 03 1993

B  
Yguia

Dear Maria  
greetings

Antônio Neto de Ilhédo,

Yours Ready Friend

Joseph Knappe  
marginal of Haus Thier

*See Blauvelt*